

SUESTOES GABARITADAS

ALERJ-CG

ESPECIALISTA LEGISLATIVO NÍVEL IV CONHECIMENTOS GERAIS

Conteúdo:

- Língua Portuguesa
- Noções de Informática
- Noções de Direito Administrativo
- Noções de Direito Constitucional
- Legislação Específica

PRATICANDO

AVISO Solução par o seu concurso IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- x Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- 🗶 Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação: https://www.editorasolucao.com.br/





ALERJ

500 QUESTÕES GABARITADAS - ALERJ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Especialista Legislativo Nível IV Conhecimentos Gerais

EDITAL Nº 01/2025

CÓD: SL-064OT-25 7908433285199



ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1.	Língua Portuguesa	5
2.	Noções de Informática	33
3.	Noções de Direito Administrativo	59
4.	Noções de Direito Constitucional	95
5.	Legislação Específica	13:





LÍNGUA PORTUGUESA

1. (2024)

Assinale a opção em que as duas palavras nela apresentadas recebem acento gráfico **corretamente**.

- (A) récorde / tórax.
- (B) recém / refém.
- (C) gratuíto / difícil.
- (D) saúva / hífens.
- (E) Nobél / grácil.

2. (2022)

Algumas palavras são empregadas fora de sua classe original; assinale a opção em que a palavra destacada teve sua classe original modificada, de adjetivo para substantivo.

- (A) As ideias <u>geniais</u> são aquelas que nos espantamos de não ter tido antes.
- (B) O que é necessário, jamais é ridículo.
- (C) Os fatos são sonoros. O que importa são os <u>silêncios</u> por trás deles.
- (D) O dinheiro que compra o pão dos <u>pobres</u> comprou antes o divertimento dos abastados.
- (E) O problema do <u>intelecto</u> é um ponto de interrogação.

3. (2023)

Assinale a frase em que o vocábulo um/uma exerce a função de artigo.

- (A) Existe um só sucesso: ser capaz de viver a sua vida do seu próprio jeito.
- (B) Em muitas cidades do interior há apenas uma farmácia em cada bairro.
- (C) Só se ocorrer uma emergência, devemos telefonar para os bombeiros.
- (D) Alguns deputados enfrentam uma eleição somente em sua vida.
- (E) Há apenas um cachorro em nosso jardim, mas vai destruir as flores.

4. (2025)

Assinale o substantivo com valor de coletivo.

- (A) Barulho.
- (B) Cachorrada.
- (C) Bananada.

- (D) Pacote.
- (E) Colégio.

5. (2023)

Assinale a opção que exemplifica a seguinte mudança de classe nas palavras: substantivos comuns que passaram a substantivos próprios e substantivos próprios que passaram a comuns.

- (A) Campina Grande / celular.
- (B) Fortaleza / felicidade.
- (C) Pouso Alegre / santo.
- (D) Três Corações / champanha.
- (E) Recife / canário.

6. (2025)

Compare as duas frases a seguir.

- 1-Uma doença grave o levou à morte.
- 2-Ela está muito aborrecida: isso é grave.

Assinale a opção em que os termos sublinhados estão **corretamente** analisados.

- (A) Só o primeiro adjetivo tem valor informativo.
- (B) Os dois adjetivos mostram valor afetivo.
- (C) Só o segundo adjetivo mostra valor informativo.
- (D) Os dois adjetivos mostram valor objetivo.
- (E) Os dois termos, por serem adjetivos, mostram sempre valor expressivo.

7. (2024)

Os adjetivos podem representar estados, qualidades, características e relações; assinale a frase que mostra um tipo de adjetivo diferente dos demais.

- (A) Todas as pessoas grandes foram primeiro crianças.
- (B) A madeira <u>arranhada</u> não faz belas mesas.
- (C) Uma sala confortável permite boa leitura.
- (D) Tecidos cinzentos não fazem vestidos alegres.
- (E) Os dicionários são, geralmente, livros grossos.



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (2024)

- O Gerenciador de Tarefas é uma ferramenta importante no uso básico do Windows 10. Uma das formas de acessar e utilizar o Gerenciador de Tarefas é:
 - (A) pressionar simultaneamente as teclas Ctrl + Alt
 - + Del e escolher a opcão no amenu apresentado.
 - (B) utilizar as teclas de atalho 'Tecla do Logotipo do Windows + V' e escolher abrir na caixa de diálogo.
 - (C) Executar um clique duplo em uma área não ocupada da Área de Trabalho.
 - (D) Clicar na opção 'Tarefas' na ferramenta de Verificação de Integridade do PC.
 - (E) Clicar no ícone "Este Computador' no Windows Explorer.

2. (2024)

Para criar um novo grupo ou um novo usuário local em um computador instalado com o sistema operacional Microsoft Windows 10, em sua versão em português, pode-se utilizar a ferramenta administrativa denominada

- (A) Fontes ODBC.
- (B) Monitor de Recursos.
- (C) Informações do Sistema.
- (D) Serviços de Componentes.
- (E) Gerenciamento do Computador.

3. (2024)

No sistema operacional Windows 10, usar as teclas SHIFT-DEL sobre um arquivo previamente selecionado em uma determinada pasta provoca, por padrão, a seguinte ação:

- (A) o arquivo é marcado para ser removido quando for executado o próximo backup do sistema.
- (B) o arquivo é renomeado com seu nome original seguido de "(1)".
- (C) o arquivo é movido para a Lixeira do sistema e não pode ser restaurado para seu local original.
- (D) o arquivo é marcado para ser copiado para o meio de backup assim que for realizado o próximo ciclo de cópia.

(E) o sistema pergunta ao usuário se este tem certeza que deseja excluir o arquivo permanentemente.

4. (2024)

No Windows 10 em português, para verificar a utilização de rede por cada processo na rede principal atual, podemos usar o programa utilitário

- (A) Disk Manager.
- (B) Conexão Remota.
- (C) Microsoft Defender.
- (D) Backup do Windows.
- (E) Gerenciador de Tarefas

5. (2023)

No Windows 10, Maria conectou um pen-drive no seu computador, abriu o Explorador de Arquivos do Windows, e percebeu que o pen-drive continha, na raiz, apenas uma pasta, denominada "Teste De Pastas".

Em seguida, Maria aplicou um duplo clique do mouse no nome dessa única pasta e o Explorador exibiu apenas os nomes de duas pastas, "P1" e "P2". Sabe-se que, nesse momento, a pasta "P1" continha os arquivos "A1.txt" e "A2.txt", e que a pasta "P2" continha o arquivo "A3.txt".

Em seguida, Maria selecionou a pasta "P1" e, por meio do mouse, arrastou a pasta "P1" para cima da pasta "P2". Assinale a lista completa do conteúdo da pasta P2, exibida pelo Explorador de Arquivos depois dessas operações.

- (A) Um arquivo intitulado "A1.txt" Um arquivo intitulado "A2.txt" Um arquivo intitulado "A3.txt"
- (B) Uma pasta intitulada "P1" Um arquivo intitulado "A1.txt" Um arquivo intitulado "A2.txt"
- (C) Uma pasta intitulada "P1" Um arquivo intitulado "A1.txt" Um arquivo intitulado "A2.txt" Um arquivo intitulado "A3.txt"
- (D) Uma pasta intitulada "P1" Um arquivo intitulado "A3.txt"
- (E) Uma pasta vazia.



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2025)

Os Oficiais de Justiça devem atuar com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, garantindo a lisura e a eficácia dos atos processuais.

Assinale a opção que apresenta corretamente o princípio que exige que o agente público atue com o melhor desempenho possível e que a Administração Pública seja organizada de forma a alcançar os melhores resultados na prestação dos serviços públicos.

- (A) Legalidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Moralidade.
- (D) Publicidade.
- (E) Eficiência.

2. (2024)

Com relação aos princípios que regem as atividades da Administração Pública, aquele que foi alçado por último à Constituição Federal de 1988, por meio de emenda constitucional (EC 19/98), preconiza que

- (A) os atos praticados pela Administração Pública devem ser amplamente divulgados.
- (B) a atuação dos agentes do Poder Público deve ser pautada pela boa-fé e lealdade.
- (C) a administração Pública só poderá agir quando houver previsão legal.
- (D) a execução da atividade administrativa exige presteza, perfeição e rendimento funcional.
- (E) as ações públicas devem ser objetivas, sem buscar o favorecimento ou discriminação de indivíduos.

3. (2023)

Determinada autoridade competente de um órgão de investigação em âmbito federal fez editar um Ofício determinando que todas as informações e documentos incluídos no sistema eletrônico de informações do respectivo órgão são de acesso restrito ou sigiloso, vedando, por conseguinte, genericamente, o acesso público a qualquer dado daquela repartição.

Considerando as normas constantes do ordenamento pátrio sobre o acesso à informação e o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que o mencionado Ofício

- (A) é válido, na medida em que indica as situações em que a imposição de restrição ou sigilo é viável.
- (B) é nulo, porque qualquer ato restritivo da publicidade deve ser motivado de forma concreta, objetiva, específica e formal.
- (C) é válido, diante da viabilidade de restrição genérica ao acesso de informações, para assegurar a intimidade e a vida privada das pessoas a que digam respeito.
- (D) é nulo, pois não é possível a restrição de qualquer informação, ainda que relativa à segurança da sociedade e do Estado.
- (E) é válido, por se tratar de uma mitigação do princípio da publicidade respaldada pela Constituição da República de 1988.



NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (2024)

Com relação ao Federalismo Brasileiro, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Os Estados-Membros possuem autonomia econômica, política e organizacional, praticando auto-organização mediante um poder constituinte próprio.
- (B) Cada Estado-Membro tem suas próprias leis, mas concorda em renunciar a parte de seu poder de legislar para ter uma legislação comum com os demais membros da federação, visando a obter vantagens decorrentes da integração sem perder soberania política.
- (C) O governo central concentra as decisões políticas, contudo, descentraliza a execução dessas decisões. Esta descentralização de competências administrativas pode ocorrer em nível municipal ou regional em um ou em vários níveis simultaneamente.
- (D) Após a tomada de decisão pelo governo central, os demais entes públicos adquirem alguma autonomia política decidindo no caso concreto o que deve ser feito para executar as políticas públicas definidas.
- (E) Comporta verdadeira descentralização política, sendo atribuídos poder e capacidade política aos entes integrantes do sistema. A soberania é una, e a Constituição reserva aos integrantes autonomia, maior ou menor.

2. (2022)

Em uma gincana jurídica, os dois grupos envolvidos na disputa deveriam analisar a temática da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.

Após amplas discussões, o grupo Alfa concluiu que a doutrina da *state action* é contrária à referida eficácia, pois os direitos fundamentais seriam oponíveis apenas ao Estado. O grupo Beta, por sua vez, sustentou que os direitos fundamentais somente podem incidir nas relações privadas de maneira indireta, exigindo a interposição legislativa.

Ao fim da gincana, os jurados concluíram corretamente que o grupo

- (A) Beta está totalmente certo, pois a consagração dos direitos fundamentais, na ordem constitucional, é essencialmente direcionada à proteção da pessoa humana contra o aparato estatal, daí a exigência de lei para que essa proteção seja estendida às relações privadas.
- (B) Alfa e o Beta estão totalmente errados, pois os direitos fundamentais devem formar uma esfera de proteção individual, imune à intervenção do Estado ou de outros particulares, sendo esse o alicerce de sustentação da doutrina da state action.
- (C) Alfa está totalmente certo, pois a doutrina da state action justifica a existência do dever de proteção em razão da posição superior do Estado, somente se harmonizando com a eficácia vertical dos direitos fundamentais.
- (D) Alfa está totalmente errado, pois a doutrina da state action defende que os direitos fundamentais devem incidir nas relações privadas sempre que o particular seja equiparado ao Estado.
- (E) *Beta* está totalmente errado, pois a interposição legislativa acarreta a incidência direta dos direitos fundamentais nas relações privadas, não indireta, como preconizado.

3. (2022)

Maria e João, teóricos do Direito Constitucional e da necessária interrelação entre as instituições, buscaram analisar algumas características do efeito *backlash*.

Enquanto João sustentava que o seu locus de desenvolvimento é o plano deontológico, Maria tinha entendimento diametralmente oposto, afirmando que ele se apresenta no axiológico.

A esse respeito, é **correto** afirmar que

- (A) João está certo, pois a análise contramajoritária realizada pelo Poder Judiciário se desenvolve no plano exclusivamente jurídico.
- (B) Maria está certa, pois a feição ideológica da decisão judicial evidencia que a base de valores do ambiente sociopolítico teve papel preponderante na análise realizada.



LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

1.2025

Com base no disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, assinale a opção correta.

- (A) Para efeito de aposentadoria, será computado em dobro o tempo de serviço prestado em qualquer órgão público, seja na esfera federal, estadual ou municipal, independentemente de contribuição previdenciária.
- (B) A licença à gestante será concedida, com vencimentos e vantagens, pelo prazo de seis meses, prorrogável, no caso de aleitamento materno, por, no mínimo, trinta e, no máximo, sessenta dias.
- (C) O funcionário que se desvincular de um cargo público do estado do Rio de Janeiro para investir-se em outro do mesmo estado conservará a estabilidade já adquirida.
- (D) A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público, o qual se restringe à avaliação de conhecimentos profissionais, mediante provas ou provas e títulos, necessários para o desempenho do cargo.
- (E) Durante o estágio experimental, o estagiário perceberá retribuição correspondente a 60% do vencimento do cargo, assegurada a diferença se nomeado ao final do período.

2. 2022

José, servidor público estável ocupante do cargo de investigador policial da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, sofreu um acidente de carro que lhe causou incapacidade física para exercer as funções que até então exercia.

No caso em tela, de acordo com a Constituição da República de 1988 e o Decreto nº 2.479/1979, que consiste no Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, José será:

- (A) transferido para outro cargo integrante da administração direta ou autárquica estadual, de equivalentes escolaridade e vencimentos;
- (B) aproveitado em cargo de natureza e vencimento superiores ao anteriormente ocupado, mediante prévio processo administrativo;

- (C) aposentado por invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, mediante prévia inspeção realizada por junta médica do órgão oficial competente e desde que não possa mais desenvolver as atividades afetas a seu cargo;
- (D) reintegrado em cargo equivalente ao anteriormente ocupado e, se alterado o cargo, no resultante da alteração e, ainda, se extinto o cargo, noutro observada a habilitação profissional e a equivalência de vencimentos;
- (E) readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que sofreu, mediante prévia inspeção realizada por junta médica do órgão oficial competente.

3.2021

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro, decreto-lei estadual nº 220/75, são considerados como efetivo exercício os afastamentos do servidor público descritos a seguir, **EXCETO**:

- (A) afastamento por motivo de casamento e luto
- (B) suspensão preventiva, se condenado afinal
- (C) recolhimento à prisão, se absolvido afinal
- (D) afastamento para gozo de licença-prêmio

4. 2021

Considere que, nas seguintes situações hipotéticas, Flávio, Frederico e Carlos sejam funcionários públicos civis do estado do Rio de Janeiro.

- I Flávio foi demitido e, posteriormente, sua demissão foi invalidada por decisão administrativa;
- II Frederico estava em disponibilidade e retornou ao servico público estadual;
- III Carlos recebeu provimento em outro cargo, a pedido, para exercer função mais compatível com seu estado, por motivo saúde.

Considerando essas situações hipotéticas, assinale a opção que apresenta corretamente a relação entre os funcionários e suas situações no órgão público, nos termos do Decreto estadual n.º 2.479/1979.

- (A) Flávio, readaptação; Frederico, reintegração; Carlos, aproveitamento
- (B) Flávio, aproveitamento; Frederico, readaptação; Carlos, reintegração







GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão COMPLETA vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o DESCONTO EXCLUSIVO que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!